

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO:
A desigualdade urbana como expressão da questão social****SOCIO-SPATIAL SEGREGATION AND SOCIAL HOUSING POLICIES: Urban
inequality as an expression of the social issue****Daísa Furtado Ferreira¹****RESUMO**

As cidades, dentro do Sistema Capitalista, são perpassadas pela produção e aprofundamento de desigualdades sociais, marcadas sobretudo pela pobreza, exclusão e interdição de direitos sociais. Desse modo, impera no Brasil um alto déficit habitacional, ao mesmo tempo possui imóveis desocupados e de uso ocasional de número quase duas vezes superior. A partir disso, é que constitui a seguinte problemática: Qual o papel das políticas sociais de habitação no enfrentamento da desigualdade urbana no Brasil? Assim, pretende-se analisar a questão urbana, com ênfase no acesso desigual a moradia, entendendo as relações sociais capitalistas como conformadoras do ordenamento urbano. Partiu-se de uma pesquisa qualitativa, realizada mediante revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando-se como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético. Concluiu-se que o modelo de política adotado perpetua a visão da moradia como um produto a ser fornecido pelo mercado, sendo latente a força dos interesses capitalistas para atender seu objetivo de geração de lucros e manutenção da acumulação de riqueza em tais políticas públicas.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial; Questão Social; Políticas Habitacionais.

ABSTRACT

Cities within the Capitalist System are characterized by the production and deepening of social inequalities, marked primarily by poverty, exclusion, and the denial of social rights. Consequently, Brazil faces a high housing deficit, while at the same time possessing a number of unoccupied and occasionally used properties that is nearly twice as high. This situation raises the following problem: What is the role of social

¹ Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão.

housing policies in addressing urban inequality in Brazil? Thus, this study aims to analyze the urban issue, with an emphasis on unequal access to housing, understanding capitalist social relations as shaping urban order. The research is based on a qualitative approach, conducted through a literature review on the subject, using dialectical historical materialism as the theoretical-methodological framework. The conclusion is that the adopted policy model perpetuates the view of housing as a product to be supplied by the market, highlighting the strength of capitalist interests in achieving their goal of generating profits and maintaining wealth accumulation within such public policies.

Keywords: Socio-spatial Segregation; Social Issue; Housing Policies.

1 INTRODUÇÃO

A questão habitacional é contemporânea das primeiras críticas às cidades industriais, na segunda metade do século XIX, quando higienistas e reformadores sociais denunciaram a insalubridade das moradias dos trabalhadores, porém, perpetua-se até os dias atuais um modelo de cidades em que impera a produção e aprofundamento de desigualdades sociais, marcadas sobretudo pela pobreza, exclusão e interdição de direitos sociais.

Os últimos dados da Fundação João Pinheiro – FJP (2022) demonstram que o déficit habitacional no Brasil ficou em torno de 6 milhões de unidades entre 2016 e 2019, um número bastante elevado. De encontro a isso, estão os dados do censo 2022 do IBGE, que registrou um número de 18.072.823 domicílios particulares permanentes não ocupados, 11.397.889 domicílios vagos e 6.672.912 domicílios de uso ocasional.

Assim, observa-se que somente os domicílios vagos em 2022 são quase duas vezes maiores do que o déficit habitacional brasileiro calculado pela FJP, enquanto que a quantidade de domicílios de uso ocasional supera todo o déficit habitacional.

É a partir dessa situação que se pretende analisar a questão urbana, com ênfase no acesso desigual a moradia, entendendo as relações sociais capitalistas como conformadoras do ordenamento urbano, norteadas pela seguinte questão-problema: Qual o papel das políticas sociais de habitação no enfrentamento da desigualdade urbana no Brasil?

A hipótese a ser investigada é a de que a exclusão de milhares de pessoas nos sistemas urbanos contemporâneos é resultada da própria lógica de produção da cidade, o que conflui em políticas sociais ineficazes em combater o déficit habitacional, uma vez que através destas o Estado também materializa os ditames do capital.

Para a construção dessa análise se deu a partir de uma pesquisa qualitativa, realizada

mediante revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando-se como referencial metodológico o materialismo histórico dialético, proposto por Marx, posto que possibilita refletir sobre as contradições do processo de produção do espaço urbano. Como aporte teórico destacam-se os autores Lefebvre (2001); Harvey (2014); Iamamoto (2001); Netto (2001); Rolnik (2015).

A estrutura do artigo se divide em duas seções, sendo na primeira trabalhada a relação entre capitalismo e desigualdade urbana, bem como de que forma a questão urbana se expressa enquanto refração da questão social, subsídios teóricos essenciais para a discussão da segregação socioespacial que impera nas cidades. Na segunda parte, os esforços investigativos estão em compreender o tipo de política pública de habitação que se tem adotado no Brasil ao longo dos anos e como estas servem (ou não) na produção de cidades mais justas, sobretudo pelo viés de acesso à moradia.

2 CAPITALISMO, ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O debate sobre o acesso a moradia perpassa, fundamentalmente, pela origem das cidades modernas e seu papel frente a (re)produção capitalista, de modo que não podem ser compreendidas sem as instituições oriundas das relações de classe.

Lefebvre (2001) coloca como ponto de partida para expor a base da “problemática urbana” o processo de industrialização. Segundo o autor, “quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

Para a conformação do espaço urbano tem-se o desenvolvimento industrial e, por conseguinte, o grande capital a ele vinculado como fenômenos determinantes, de modo que a cidade se estrutura e se desenvolve a partir dos componentes da lógica do capital, ao se constituir como suporte material dos seus meios de produção e reprodução da força de trabalho.

Conforme afirma Corrêa (1993) o espaço urbano das grandes cidades capitalistas constitui um “instrumento onde são viabilizados concretamente os propósitos da acumulação de capital”. Portanto, a cidade está intimamente relacionada com o desenvolvimento do capitalismo e o processo de urbanização se faz necessário para a reprodução do capital, como defende Harvey:

A reprodução do capital passa pelos processos de urbanização em inúmeras formas.

Mas a urbanização do capital pressupõe a capacidade do poder da classe capitalista em dominar o processo urbano. Isto implica a dominação da classe capitalista não só sobre aparatos estatais, mas também sobre populações inteiras - seu estilo de vida, bem como sua força de trabalho, o seu valor cultural e política, bem como suas concepções mentais do mundo. (HARVEY, 2014, p. 65).

Assim, a cidade serve primeiramente, através dos complexos mecanismos que dispõem de organização e controle social, para a reprodução da força de trabalho e tendem a servir primeiramente as necessidades das classes hegemônicas. Ocorre que esta classe não explora apenas o trabalho, mas a reprodução da própria vida, pois os lucros que a cidade produz se condensam em uma pequena parcela da população, enquanto as mazelas produzidas por esse processo atingem grandes contingentes populacionais (HARVEY, 2014).

A estrutura do sistema capitalista se reproduz então dentro da urbanização, onde a segregação é um elemento fundante, que ocorre para determinar de que forma os sujeitos atuam dentro do sistema: uma minoria enquanto dona dos meios de produção, grande parte enquanto vendedora da sua força de trabalho e outros tantos como força de trabalho reserva ou em subempregos.

É dessa forma que se explica a segregação das cidades, pois esta tende a ser hierarquizada de acordo com a própria hierarquização social que existe, de modo que os recursos urbanos, os serviços públicos, a infraestrutura, não são distribuídos de forma homogênea e respondem a uma lógica da divisão social em classes. Afirma Santos (1993, p.10) que:

A cidade em si, como relação social e de materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Assim, a segregação socioespacial, enquanto fenômeno inerente ao sistema capitalista exclui uma parcela significativa da população e se manifesta a partir das práticas de consumo final, oportunidade de trabalho e de usufruto das redes de equipamentos e serviços coletivos, reforçando e aprofundando as desigualdades sociais no espaço urbano, dentre elas o acesso a moradia.

2.1 O DÉFICIT HABITACIONAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Entre o processo de desenvolvimento das cidades, o sistema capitalista e a pobreza há uma correlação intrínseca, de modo que a desigualdade social é parte estruturante deste sistema baseado na exploração do trabalho, portanto, não há como dissociá-los.

Em que pese a pobreza seja anterior ao Modo de Produção Capitalista, a pobreza era até então relacionada a escassez. Já no modo de produção capitalista a pobreza é o resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos de riqueza e usurpadores do trabalho alheio (MONTAÑO, 2012). Assim,

a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução, e, no limite, da sua supressão. (NETTO, 2001, p. 43).

Nesta senda, quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a sua exploração, porquanto mais riqueza é expropriada de si e apropriada pelo capital. Há uma relação diretamente proporcional entre a concentração de riqueza e a pauperização.

Da mesma forma coloca Iamamoto (2010), que entende que o desenvolvimento das forças produtivas faz aumentar a desigualdade social, gerando, assim, “uma acumulação de miséria relativa à acumulação do capital, entrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2010, p. 159).

A questão social apresenta-se como a expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista, sendo específica da ordem burguesa e das relações que a sustentam, apreendida como forma ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes:

A questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, [...] apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o inverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. [...] A expressão questão social é estranha ao universo marxiano. [...] Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Corroborando Netto (2001) com essa mesma perspectiva ao dispor que a análise marxiana do capitalismo, em especial, da lei geral da acumulação, apesar de não tratar diretamente da questão social, “revela sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios” (NETTO, 2001, p. 45).

Para o autor, a exploração do trabalho pelo capital é o traço fundante da questão social, pois:

Na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) (NETTO, 2001, p. 46).

Se as cidades são, como afirma Harvey (2012), o lugar da reprodução do capital, elas são, também, o lugar da incidência da pobreza e exclusão. A economia política da cidade capitalista, juntamente com a estética elitista da sociedade segregada, deseja limpar os espaços da visão dos excluídos, empurrando-os para as favelas, guetos e bairros e, assim, confina-los a uma situação que se refaz constantemente. A partir disso, se experiencia no espaço urbano – que criam e mantêm – as mais diversas expressões da questão social oriundas do conflito capital-trabalho.

No Brasil, a industrialização e a urbanização são processos que ocorreram simultaneamente e estão no cerne da realidade habitacional desigual do país. Ainda que o problema da falta de moradia seja anterior a esse período, é a partir daí que a questão habitacional se agrava, pois com o crescimento das cidades, o solo urbano passou a ser um mercado específico, derivado da condição de terra como propriedade privada, incorporando-a à lógica de mercado, ao que a condição de permanência no modelo urbano do país passou a ser a possibilidade de conseguir pagar por isso, resultando em uma grande especulação imobiliária.

Como pontua Rolnik:

Se tivéssemos que apontar apenas um elemento - comum e suficientemente forte - para definir as cidades brasileiras histórica e regionalmente, este seria sem dúvida a existência (e permanência no tempo) de contrastes profundos entre condições urbanas radicalmente distintas convivendo, muitas vezes conflitando, no interior da mesma cidade. (ROLNIK, 1999, p. 100)

Burnett (2012) adensa a discussão na medida que coloca a questão urbana como

particularidade da questão social, posto que se refere à distribuição desigual da atividade humana na organização socioespacial dos processos de produção e reprodução do capital. É também uma forma de resistência e luta social das classes constituem a estrutura social em contextos urbanos.

O problema da moradia no Brasil constitui-se então como uma expressão da questão social no país, ou seja, é fruto de uma distribuição desigual de oportunidades e renda e se materializa na forma desigual de ocupação do espaço urbano. Pois, as formas de urbanização são, antes de tudo, formas de divisão social (e territorial) do trabalho, já que a urbanização é um elemento chave das relações de produção. (LOJKINE, 1981)

3 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO E O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE URBANA NO BRASIL

No Brasil, o padrão de crescimento urbano historicamente desordenado, somado a falta ou precário planejamento das cidades, além das formas de intervenção do Estado por meio de suas políticas públicas, refletem diretamente em problemas como a piora da segregação socioespacial, o aumento das periferias e ocupações irregulares e ainda na consolidação de um mercado imobiliário cada vez mais especulativo e, portanto, restrito.

Dentro da lógica que privilegia a hegemonia do capital financeiro e rentista, a terra torna-se uma poderosa reserva de valor. Assim, a expulsão e despossessão não aparecem mais como uma máquina de produção de proletários, mas como uma espécie de efeito colateral de uma nova geografia, baseada no controle de ativos (ROLNIK, 2015).

O principal impasse para acesso da população à moradia adequada, como vem comprovando ao longo dos anos os levantamentos da Fundação João Pinheiro, é a incompatibilidade entre o valor da moradia, consubstanciado em um ônus excessivo com aluguel e a capacidade financeira das famílias brasileiras que participam do mercado formal de trabalho com baixos rendimentos, estão no mercado informal ou desempregadas.

Segundo o IBGE (2019) as duas maiores despesas de consumo das famílias que moram em áreas urbanas são representadas pela moradia (39,4%) e pelo transporte (17,8%), que juntos perfazem 57,2%. Nestes termos, a habitação é a necessidade básica mais onerosa para a vida das famílias nas cidades, o que se justifica pelo custo do aluguel e do preço de compra dos imóveis estarem diretamente vinculados ao valor da terra, que é formado a partir de um

mercado imobiliário especulativo e que se baseia na escassez para o encarecimento do preço do solo urbano.

Como afirma Harvey “a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim, segundo a lógica capitalista, só tem direito à moradia digna aqueles que detêm de capital para comprar determinada moradia, e resta para os miseráveis as habitações informais” (HARVEY, 2014, p. 46). Nos moldes capitalistas, a moradia é uma mercadora disponível para compra e venda no mercado, de forma que se transforma em um bem, cujo acesso se dá por meio de contratos que se baseiam na propriedade privada.

As políticas do Estado, o que inclui a política habitacional, também reproduzem a lógica hegemônica ditada pelos setores burgueses, impondo seus interesses ao coletivo dos trabalhadores, em uma relação sempre conflituosa e contraditória. Como bem descreve José Paulo Netto,

através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da questão social de forma a atender as demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2009, p. 26)

Ao observar como se desenvolveram as políticas públicas voltadas para a habitação no Brasil, é possível perceber que estas são coerentes com essa lógica, onde há uma predominância da concepção mercadológica da moradia. Nessa lógica, o papel do Estado está em fomentar o setor imobiliário e, ao mesmo tempo, propor formas de facilitar o financiamento de imóveis, deixando a cargo do próprio mercado regular o setor e promover moradia às camadas populares. Está incutida nessa política social uma racionalidade mercadológica liberal, em que o acesso à moradia estaria efetivado por intermédio da aquisição de uma propriedade privada.

O Brasil teve dois grandes planos nacionais de habitação, ambos passíveis de muitas críticas, onde a aquisição da casa própria figura como a política habitacional majoritária, são eles: Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O Banco Nacional de Habitação (1964-1986) pretendia ser um grande plano de moradia, baseado em uma estrutura institucional de abrangência nacional, com a administração direta de um banco, o BNH, e de sua rede de financiadores públicos e privados, como as Companhias de Habitação Popular (COHABs) e que politicamente também serviria para legitimar a ditadura

perante uma parcela significativa dos trabalhadores. Resume-se o BNH a um “um jogo de interesses entre bancos, empreiteiras e o governo da ditadura militar” (ROLNIK, 2015, p. 312), entretanto, enquanto iniciativa voltada a atender a demanda por moradia para parcelas mais pobres da população, o programa fracassou:

As iniciativas do BNH voltadas aos mais pobres – seja no caso dos projetos de desfavelização no Rio de Janeiro ou no caso das COHABs – resultaram em fracassos estrondosos. [...] Não havia praticamente nada de subsídios, isto é, o valor completo do imóvel tinha de ser pago ao mutuário do programa. Além disso, as prestações eram elevadas e seguiam as normas do crédito bancário privado. [...] Ou seja, o BNH financiou casas para a classe média e não para os trabalhadores mais pobres, que, como vimos, representam 90% do déficit habitacional (BOULOS, 2018, pg. 37-38).

Já o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi a política hegemônica a qual se resumiu a Políticas Pública Habitacional Brasileira durante a segunda década do século XXI. Lançado em 2009, o governo federal instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com o objetivo de construir moradia para famílias com renda de até 10 (dez) salários mínimos, a partir do uso de crédito para subsidiar diretamente os compradores.

O PMCMV foi operacionalizado por meio de faixas de renda para estipular subsídios: na faixa de renda 1, que contemplava a renda familiar até R\$ 1.600,00, a habitação era quase totalmente subsidiada; Na faixa 2, para renda familiar entre R\$ 1.601,00 a R\$ 3.100,00, o subsídio era de até R\$ 23 mil ou 20% do valor do imóvel; Já na faixa 3, de renda familiar até R\$ 5 mil, só havia garantia para financiamento mais baixo, mas sem subsídio. Como explica Raquel Rolnik:

Não há dúvida que o setor imobiliário e, especialmente, as incorporadoras financeirizadas e seus investidores foram altamente beneficiados pelo programa, já que este não só os salvou da derrocada, como impulsionou o valor de suas ações. Realizados seus lucros, essas grandes empresas, que foram as que mais lançaram unidades no programa em sua primeira fase, começam lentamente a deixá-lo na fase 2, voltando-se para os seus nichos mais tradicionais de mercado. De qualquer forma, impulsionado pelo programa, o crédito habitacional passou de 1,55% do PIB do país, em 2006, para 3,48% em 2010 e 6,73 em 2013. (ROLNIK, 2015, p. 305-306)

As críticas ao PMCMV podem ser divididas em dois eixos principais: implementação da política sem que existisse uma coordenação com a política urbana e com a utilização de instrumentos urbanísticos e o tratamento das carências habitacionais dos brasileiros apenas pela via da casa própria.

O PMCMV privilegiou a provisão de moradia, priorizando o número de casas a serem construídas, sem levar em consideração as condições urbanas de habitação. Na lógica desta política social, em que pese tenha entregado diversas casas, não se efetivou a democratização do acesso à terra, contribuindo para o aprofundamento da desigualdade socioespacial. De outra parte, uma política habitacional que leva em consideração apenas o acesso à moradia por meio da aquisição da propriedade privada, dificulta o acesso a moradias dignas.

O PMCMV tenha tido um plano para abarcar mais as classes populares do que o BNH, porém, muito atrelado às empreiteiras, até então grandes financiadoras de campanhas eleitorais, e acabou por contribuir muito pouco para a redução do déficit habitacional sobretudo na faixa 1, ou seja, dos mais pobres.

No ano de 2020, o ex-presidente Jair Bolsonaro relançou o programa como o nome de “Casa Verde e Amarela”. Além da mudança de nome, algumas reformulações quanto a classificação das faixas atendidas e nos benefícios concedidos também foram feitas, porém, manteve-se a linha de facilitação de crédito para aquisição da casa própria, o que não o diferencia, em sua essência, do PMCMV. Em 14 de fevereiro de 2023, Lula anunciou a retomada do PMCMV e por isso aqui são tratados como uma mesma política.

3.1 A MORADIA ENQUANTO MERCADORIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS

O acesso ao espaço urbano está sujeito às regras mercadológicas, em que a propriedade privada urbana desponta como importante premissa para o desenvolvimento do sistema capitalista. No Brasil, o preço da moradia nunca esteve incluído no salário, o que transformou a necessidade básica em um mercado extremamente restrito, de forma que “o consumo da mercadoria habitação se deu, portanto, em grande parte, fora do mercado marcado pelas relações capitalistas de produção”. (MARICATO, 2013, p. 155).

Raquel Rolnik e Jeroen Klink criticam as políticas públicas brasileiras que invariavelmente promovem a financeirização da moradia e desconsideram as características próprias de cada região:

Além da concentração da precariedade em certos territórios e das disparidades reveladas por alguns indicadores específicos, os indicadores apresentados aqui expõem a necessidade de políticas desenhadas especificamente para certos territórios. No entanto, as políticas brasileiras de provisão de condições de urbanização e de desenvolvimento econômico apresentam padrões uniformes de

intervenções, dialogando pouco com as especificidades regionais, como por exemplo, da Amazônia, com sua ocupação pouco adensada e seu meio ambiente peculiar. Desde o BNH assistimos ao desenvolvimento de uma política sob um único molde, realidade que não se modificou muito, apesar da introdução de novos programas no setor da habitação. (ROLNIK; KLINK, 2011, p. 109).

Da mesma forma, as políticas habitacionais desenvolvidas no país também corroboram com a noção mercadológica da habitação vez que prioriza os interesses do mercado imobiliário e das empreiteiras, e desconsideram as necessidades de habitação de grande parte da população.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi responsável pela produção de moradia por meio do financiamento ao setor privado. Segundo Maricato (2015), a retomada da visão empresarial da política habitacional, foi crucial não só para construção de novas casas, mas também pela explosão do mercado imobiliário especulativo ocorrido no Brasil, de modo que também corroborou para o aumento do preço da terra, resultando na remoção dos mais pobres para a periferia, além do espraiamento das cidades.

Assim, o PMCMV tem se estabelece enquanto um programa de financiamento imobiliário e não uma política urbana e habitacional de fato, voltado para o lucro do setor imobiliário e das construtoras, mas distante do interesse público. Para Rolnik (2015), o processo de financeirização da habitação popular acabaria promovendo apenas o aspecto econômico do direito à moradia adequada, o que até possibilitaria a redução do déficit da moradia, porém, não é capaz de suprir aspectos mais amplos desse direito, como os efeitos socioterritoriais, a habitabilidade, localização, disponibilidade de serviços e infraestrutura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão urbana está diretamente ligada ao Sistema Capitalista enquanto produtor e reproduzidor de mazelas sociais, em que a segregação é um elemento fundante. A partir dessa análise, compreende-se que os problemas habitacionais, com recorte para a desigualdade no acesso à moradia não podem ser deslocados da questão urbana, atrelada a questão social.

Assim, as políticas públicas têm um importante papel para em oportunizar aos cidadãos a redução de desigualdades, mesmo que sem combater as estruturas sistêmicas que as promovem, sendo, portanto, medidas paliativas. Porém, em se tratando de políticas públicas voltadas para habitação, concluiu-se que impera no Brasil a predominância de uma lógica

mercadológica da moradia, prevalecendo a aquisição da casa própria como a principal política habitacional implementada, através de programas como o “Minha Casa, Minha Vida”, vigente desde 2009 e remodelado no atual governo como “Casa Verde Amarela”, seguindo a mesma linha de facilitação de financiamento de imóveis para pessoas baixa renda.

A implementação desse tipo de política perpetua a visão da moradia como um produto fornecido pelo mercado, não um direito social e privilegia a provisão de moradia, mas não é eficaz na construção de cidades mais justas e igualitárias, perpetuando os problemas de segregação socioespacial.

Resta evidente nesse processo, a força dos interesses capitalistas para atender seu objetivo de geração de lucros e manutenção da acumulação de riqueza, o que contribui para o aumento do índice daqueles que não possuem teto e conseqüente violação ao direito de moradia.

REFERÊNCIAS

BURNETT, Frederico Lago. **Tragédia urbana neoliberal**: fim da ilusão civilizatória da cidade capitalista? In: COUTINHO, Joana Aparecida; Lopes, Josefa Batista (Orgs.). Crise do Capital, lutas sociais e políticas públicas. São Paulo: Xamã, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Bertrand, 1993.

Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil por cor ou raça 2016-2019** / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nJBhqFcDLKbrGxS-BIBcn73UEtJkl-B5/view?pli=1>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no Capitalismo**. In: Revista Temporalis n° 03. Brasília: ABEPSS, 2001.

LEFBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. Planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do Pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013. p.121-192.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsH/?format=pdf&lang=pt>

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social**. In: Revista Temporalis, ano 2, nº3, Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p.100-111, out. 1999. Quadrimestral. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/spp/a/cJH8wmG3XgnMGDmsjts3trF/?lang=pt>.

_____. **Guerra dos lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015

_____; KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano**: por que nossas cidades continuam tão precárias? In: Novos estudos CEBRAP, ed. 89, v 30, nº 1, mar. de 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.